



ECONOMIA

Senador Wilder quer pacote contra burocracia para Brasil voltar a crescer



CERRADO



Goiânia, SEXTA-FEIRA, 26 de agosto de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

REVISTA BULA

Há silêncios que expressam muito e palavras que dizem nada





PALAVRAS NÃO DIZEM MUITO. ATITUDES DIZEM MAIS

Não é sempre, mas, de vez em quando, a voz do povo acerta o gol em cheio. Diz um provérbio chinês “há três coisas que não voltam mais: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida”. Aqui no Brasil, diz-se que “quem fala demais dá bom dia a cavalo”. Do Oriente ao Ocidente, a sábia voz dos filósofos populares já compreendeu que a verbosidade costuma trazer pouco resultado.

Do alto de sua experiência e domínio vocabular, meu pai nunca teve paciência para o que chama de “juração”. Sempre que vê um casal ostensivamente apaixonado (carro de som com mensagem para os antigos, ou,

para os mais jovens, postagens infinitas nas redes sociais), ele balança a cabeça, dá uma risadinha irônica e comenta “lh... Que juração, hein?” Seja qual for a natureza, juras sem fim não lhe fazem a cabeça. De seu dicionário, consta que juração é quando o que a pessoa externa está além daquilo que ela realmente faz. Fala-se para disfarçar o indisfarçável, para abafar as ações que, de maneira esbaforida, contradigam a ladainha dita.

Para comprovar que meu velho é mesmo um sábio, basta observar os políticos: palavras sofisticadas, gestos firmes, triplhões de vocábulos para fazer uma dúzia de juras-caras-de-

-pau e, ao final, quase nada de ação. Mas, para que não sejamos algozes injustos, a mesma lógica se aplica aos mais diversos contextos. Algumas peças não raras, por exemplo, adoram dizer que são humildes. Em longos discursos, enaltecem a humildade dos atores bíblicos e dos líderes como Gandhi e Madre Teresa; sabem citações de filósofos gregos que falem sobre o assunto; contam sobre os próprios feitos em que se portaram de maneira recatada e modesta. E, enquanto se inebriam de si, esquecem-se de que o verdadeiro humilde não perde tempo com autocongratulações. “A pessoa orgulhosa

pode aprender a ser humilde, mas terá orgulho de sua humildade”, disse Mignon McLauglin. É trocar seis por meia dúzia. De que adianta?

Os relacionamentos também não têm escapado. Nunca se sentiu tanta necessidade de contar aos sete ventos o amor vivido. Hashtags criativas vendem o amor ideal, fotos espontaneamente forjadas mostram a frágil honestidade dos textões de juras e cumplicidades eternas. E, por trás de toda exposição, os mesmos problemas que assolam a humanidade desde sempre continuam a latejar a vulnerabilidade das ataduras que conectam almas pobres e mundanas.

Palavras envolvem, ainda mais quando bonitas e bem faladas, mas deveriam carregar consigo um compromisso. Passeando pelas livrarias, encontram-se livros que ensinam como manipular a linguagem, os gestos corporais, as expressões faciais e tudo o mais que se pode conduzir num corpo. A comunicação tornou-se um artifício para seduzir e colonizar o mundo. Tornamo-nos sofistas sofisticados, nuvens sem água, árvore frondosa, porém sem fruto.

Há silêncios que expressam muito e palavras que dizem nada. Mas, acima de tudo, o que mais comunica é colocar a mão na massa.



LEGISLATIVO

Senador Wilder pede pacote contra burocracia para Brasil crescer



“Existe burocracia que afeta a pessoa física e outra que imobiliza a pessoa jurídica. Temos que acabar com todas”, diz o senador Wilder

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Morais afirma que Brasil precisa virar a página da crise e começar a organizar a estrutura do estado. E o primeiro passo é criar um pacote para desburocratizar todos os segmentos administrativos do Brasil.

O senador diz que a Medida Provisória 727 que instituiu recentemente a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) já é um indicativo do que precisa ser feito para o país crescer: investir e desburocratizar.

O parlamentar informa que o Brasil está na 123ª colocação dentre os países competitivos: levantamento de 2015 afirma que para um empresário abrir uma empresa no Brasil exige a abertura de 13 procedimentos. E 107,5 dias para que possa funcionar. Wilder diz que tudo isso é absurdo.

Qual a solução? “Criar uma nova cultura administrativa”, diz Wilder.

O senador diz que existem no Congresso Nacional inúmeras propostas para corrigir e calibrar a gestão do estado. Wilder cita algumas de suas propostas que podem acelerar as ações, como as que tratam da concentração de dados em um único documento. “Existe burocracia que afeta a pessoa física e outra que imobiliza a pessoa jurídica. Temos que acabar com todas”, fala.

A proposta que pretende unificar informações do cidadão em um único chip é uma das mais inovadoras. O parlamentar quer concentrar informações pessoais que se encontram em vários documentos no cartão. Wilder diz que se tornou incompatível com a modernidade sujeitar os indivíduos a guardarem “mil e

um documentos públicos” diferentes para se identificarem em situações jurídicas específicas. O projeto de Wilder possibilita maior transparência pública e acelera a identificação.

Por isso Wilder propõe a alteração da Lei nº 7.116/1983 para dispor sobre a utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na Carteira de Identidade. A extinção da papelada que o brasileiro tem que carregar na carteira já seria o começo do fim da burocracia.

Outra proposta de Wilder diz respeito às mudanças nas normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas. O Projeto de Lei 222 pretende criar o Cadastro Brasil Eficiente (CBE). “A partir do cadastro é possível você acompanhar o andamento, os aportes financeiros, o que é destinado para a elaboração da obra”.

O senador diz que necessário acompanhar o que leva uma obra a ser paralisada e revelar para a população os motivos. A principal causa apontada pela União para o atraso na conclusão das obras costuma ser os problemas de fluxo orçamentário/financeiro, informa Wilder. Ele defende o direito da população saber a real situação da infraestrutura do país e até mesmo estabelecer prioridades de conclusão.

Wilder alerta que já existe o Portal ObrasNet (www.obrasnet.gov.br), que tinha como missão reunir informações sobre obras executadas com recursos federais. “Mas hoje ele não recebe a devida atualização. O próprio TCU tem cobrado que ele mantenha informado o site quanto ao andamento das obras públicas realizadas com recursos federais, de forma a facilitar o controle social”.

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Educação tem mais de 900 propostas em tramitação no Congresso Nacional

O setor de educação tem pelo menos 922 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, apenas para mudanças referentes a escolas, do ensino infantil ao ensino médio. O levantamento foi feito pelo movimento Todos pela Educação e incluiu os projetos propostos nos últimos dez anos, desde 2006. Mudanças no currículo e financiamento lideram os temas abordados.

“Nos últimos anos, houve uma

movimentação muito intensa, uma demanda da sociedade por políticas melhores e leis melhores relativas à educação. O Parlamento enxergou que se envolver em educação tem um apelo eleitoral”, analisa a presidenta executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz. “Viram que educação facilita ou cria e melhora a imagem para a eleição”.

As propostas de mudanças curriculares lideram os projetos analisados, que são 138. A inten-

ção é a inclusão de disciplinas e conteúdos. Entre os assuntos que os parlamentares acreditam que devem ser abordados em sala de aula estão: envelhecimento; educação no trânsito; cidadania; ética e moral, ciência política; noções de direito; prevenção de drogas; esperanto (idioma universal); educação alimentar; educação ambiental; empreendedorismo e educação financeira; Língua Brasileira de Sinais (Libras); cultura de paz; pedagogia e segurança.



As propostas de mudanças curriculares lideram os projetos analisados, que são 138

SENADOR WILDER NA MÍDIA

SENADO FEDERAL
Fale com o Senado



Todas
Tecnologia
Social
Política
Economia
Justiça
Infraestrutura
Meio Ambiente

Impeachment
Agenda Brasil
Especial Cidadania
Jornal
Rádio
TV
Imagem

Home
Matérias
Comissões
Economia
Infraestrutura

Comissão aprova MP que estabelece Programa de Parcerias de Investimentos

Da Redação | 22/08/2016, 19h04 – ATUALIZADO EM 23/08/2016, 12h47



Saiba mais

Comissão Mista aprova criação de Programa de Parcerias de Investimentos

MP 727/2016

Proposições legislativas

Os empreendimentos incluídos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deverão ser tratados como "prioridade nacional" por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É o que estabelece substitutivo à Medida Provisória 727/2016, aprovado nesta segunda-feira (22), por 11 votos a 2, pela comissão mista encarregada de analisar a medida.

Em seu substitutivo, o relator da matéria, senador Wilder Moraes (PP-GO), acolheu total ou parcialmente nove emendas. Uma delas, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações, no âmbito do PPI, de estatais como a Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

As emendas dos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) foram consolidadas e visam dar maior transparência à atuação da secretaria do PPI, facultando ao Congresso Nacional o acesso aos dados dos empreendimentos em andamento com encaminhamento de relatório anual sobre as ações.

Também foi acatada parcialmente emenda do deputado Julio Lopes, para permitir que o poder público aceite e analise contribuições não solicitadas acerca de possíveis novos empreendimentos do PPI.

O senador acatou ainda quatro emendas que propunham o alargamento do Conselho do PPI, com a inclusão do presidente da Caixa Econômica Federal como membro titular com direito a voto.

A MP 727/2016 tramita em regime de urgência e teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro. O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão mista, que tem como vice-presidente o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Programa

O PPI foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar "mais ágeis" as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

A MP criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e também autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

A medida estabelece ainda como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra "de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento".

Infraestrutura

O relatório de Wilder Moraes destaca "o grave momento atual" que demanda "urgentes correções de curso" para tirar o país da forte recessão. O texto também reconhece a "incapacidade da União" — assim como de estados, municípios e do Distrito Federal — "de fazer frente aos investimentos" para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

"Um país não pode almejar ao pleno desenvolvimento de sua economia sem contar com uma infraestrutura minimamente adequada a tais ambições. E o ritmo de investimento em infraestrutura nos últimos anos tem sido muito aquém do necessário não apenas para atender às necessidades de uma economia que precisa crescer, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital", ressalta o relator.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) afirmou que a MP fere o princípio da autonomia federativa e tem um verdadeiro interesse de privatizações sem muita transparência. Segundo ele, a proposta terá repercussões diretas no patrimônio público do povo brasileiro.

— Está se desmontando um patrimônio conquistado ao longo de décadas por diferentes governos, mas principalmente, o patrimônio do povo brasileiro. Um governo ilegítimo não pode vender um patrimônio que não é seu. Tem que respeitar e consultar o povo — protestou.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

FOLHA DO SUDOESTE 34

O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

NACIONAL ESTADO CIDADES POLÍTICA ECONOMIA AGROFOLHA POLÍCIA EDUCAÇÃO RELIGIÃO EDITORIA

Comissão aprova relatório do senador Wilder em MP que cria Programa de Investimentos

AGOSTO 24TH, 2016 DIRETOR NACIONAL

COMMENTS

Facebook Twitter Google+ LinkedIn Pinterest



A Comissão Mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), através da Medida Provisória (MP) 727/2016, votou e aprovou o relatório do senador Wilder Moraes (PP) na segunda-feira, 22, à tarde. A MP, que tramitou em regime de urgência, foi proposta nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar "mais ágeis" as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado. O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

De acordo com o que foi votado e aprovado na segunda-feira (22), os empreendimentos incluídos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deverão ser tratados como "prioridade nacional" por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em seu substitutivo, Wilder Moraes acolheu total ou parcialmente nove emendas. Uma delas, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações, no âmbito do PPI, de estatais como a Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

As emendas dos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) foram consolidadas e visam dar maior transparência à atuação da secretaria do PPI, facultando ao Congresso Nacional o acesso aos dados dos empreendimentos em andamento com encaminhamento de relatório anual sobre as ações.

O senador acatou ainda quatro emendas que propunham o alargamento do Conselho do PPI, com a inclusão do presidente da Caixa Econômica Federal como membro titular com direito a voto. A MP 727/2016 tramita em regime de urgência e teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro.

"A aprovação do relatório é um avanço importante para o debate da retomada da economia brasileira. Iniciativas como o PPI ampliam as oportunidades de investimento e emprego por meio do desenvolvimento tecnológico e industrial, alinhados com as metas de desenvolvimento social. O Brasil ainda carece de infraestrutura digna em várias regiões. Por isso, incentivar a ampla e justa competição na celebração de parcerias público-privadas é a melhor estratégia de assegurar à população a entrega de serviços públicos eficientes no curto e no longo prazo, assegurando o papel regulamentador do Estado. Isso tem sido notório com as recentes concessões. O relatório que apresentei, favorável à criação do PPI, estabeleceu diretrizes que contemplaram contribuições de parlamentares independente de posição partidária, de modo a alcançar o diálogo nessa matéria, que nada tem a ver com o momento político, e sim com o melhor para o desenvolvimento de nosso país", explicou Wilder.

A MP aprovada com relatório do senador Wilder também cria o "Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República", instância de assessoramento imediato do Presidente da República no que concerne ao PPI e autoriza o BNDES a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos, bem como estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a "viabilização" dos empreendimentos do PPI possa ocorrer "de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento".

O relatório de Wilder Moraes destacou "o grave momento atual" que demanda "urgentes correções de curso" para tirar o país da forte recessão. O texto também reconhece a "incapacidade da União" — assim como de estados, municípios e do Distrito Federal — "de fazer frente aos investimentos" para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

"Um país não pode almejar ao pleno desenvolvimento de sua economia sem contar com uma infraestrutura minimamente adequada a tais ambições. E o ritmo de investimento em infraestrutura nos últimos anos tem sido muito aquém do necessário não apenas para atender às necessidades de uma economia que precisa crescer, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital", defendeu Wilder Moraes.